

AS MEMÓRIAS DISCURSIVAS DE MAIO DE 1810 COMO LEGITIMAÇÃO DOS GOLPES MILITARES NA ARGENTINA (1930-1976)ⁱ

María Alejandra Vitaleⁱⁱ

Resumo: O objetivo deste artigo é caracterizar a função legitimadora dos sucessivos golpes de Estado ocorridos em Maio de 1810, na série discursiva integrada pelas publicações e pelos comentários emitidos pela imprensa escrita argentina, durante o período de 1930-1976. Com base na corrente francesa de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2005; MAINGUENEAU, 1996) e nas propostas do Centro de Lexicologia Política de Saint Cloud (GOLDMAN, 1989), se realizará a análise dos campos semânticos dos lexemas ou sintagmas que se referem a este fato passado e a identificação de duas memórias discursivas (COURTINE, 1981, 1994) golpistas, a liberal e a nacionalista antiliberal, a partir das quais os acontecimentos de Maio de 1810 adquirem diversos sentidos, de acordo com as posições políticas adotadas no momento das conjunturas golpistas.

Palavras-chave: Memória discursiva. Legitimação. Golpes de Estado. Imprensa escrita.

Abstract: The purpose of this article is to characterize the legitimating function of the successive Coups d'Etat that had the memory of May 1810, in the discursive series integrated for the editorials and comments which were issued by the Argentine written press, during the period of 1930-1976. In the frame of discourse analysis French tendency (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2005; MAINGUENEAU, 1996) and on the base of proposals of Political Lexicology Center of Saint Cloud (GOLDMAN, 1989), the semantic field of lexemes referred at that past fact are analyzed and two Coup d'Etat discursive memories (COURTINE, 1981, 1994) are identified, the liberal Coup d'Etat discursive memory and the ant liberal Coup d'Etat discursive memory, in which May 1810 has different senses in function of the political positions adopted in the present of the Coup d'Etat contractual situations.

Keywords: Discursive memory. Legitimation. Coups d'Etat. Written press.

ⁱ Referência do texto fonte desta tradução:

VITALE, María Alejandra. Las memorias discursivas de mayo de 1810 como legitimación de los golpes militares en la Argentina (1930-1976). *Signo & Seña*, Buenos Aires, n. 18, p. 233-247, 2007.

ⁱⁱ Docente da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, Argentina. E-mail: vitaleale@fibertel.com.ar.

A memória discursiva

Introdução

No cenário político argentino do século XX, destaca-se um período de quase cinquenta anos, marcado pela intermitente interrupção dos governos constitucionais ou quase-constitucionais, ocasionado pelos golpes de Estado de 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. A imprensa escrita, um elemento central nas sociedades modernas na configuração da *doxa* ou crença comum (AMOSSY, 2000) e do consenso (HABERMAS, 1981), legitimou estes acontecimentos mediante a lembrança de certos fatos históricos do passado.

Com base nos estudos da corrente francesa de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2005; MAINGUENEAU, 1996), este artigo propõe-se a caracterizar a função legitimadora dos golpes militares ocorridos em maio de 1810, na série discursiva integrada pelas publicações e pelos comentários emitidos pela imprensa escrita argentina no período de 1930 a 1976¹. Na realidade, nesta série, é possível identificar redes de reformulações parafrásticas² interdiscursivas de enunciados que se referem a Maio de 1810 e que dão legitimidade às forças armadas enquanto lhes atribuem implicitamente o direito de serem obedecidas. Trata-se da incidência do que Courtine (1981) denominou *memória discursiva*, ou seja, o retorno, contestação, transformação ou esquecimento do que foi dito antes de um acontecimento discursivo.

¹ A partir das noções - tomadas de Maingueneau (1984) - de universo, campo e espaço discursivo, dentro da área jornalística, selecionei um espaço discursivo integrado pelos discursos golpistas emitidos pelos principais diários, jornais e revistas, editados na Capital Federal pela imprensa comercial e pelos grupos nacionalistas. Para uma caracterização destes grupos, ver McGee Deutsch (2005).

² Fuchs (1994, p. 132) concebe a reformulação parafrástica como um parentesco semântico ou com um “aire de família”, entendido como “una red compleja de similitudes que se encadenan y se entrecruzan”.

O estudo da memória discursiva tem ocupado um lugar cada vez mais importante na Análise do Discurso, particularmente naquela praticada no âmbito francês. A última etapa das pesquisas realizadas por Michel Pêcheux, inseridas no projeto ADELA (Analyse de Discours et Lecture D'Archive), simboliza o crescente interesse por esta problemática. Pêcheux reflete sobre o que denomina *espaço de memória* de uma sequência discursiva, noção que se incorpora a de interdiscurso³ e que se refere ao corpo socio-histórico de traços discursivos prévios nos quais esta sequência se insere. Em sua última apresentação acadêmica, um discurso na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, Pêcheux (1990) recoloca a Análise do Discurso como uma prática de interpretação de uma sequência discursiva que, necessariamente, põe em jogo um discurso-outro como espaço virtual de leitura, discurso este que marca a presença, no interior da materialidade desta sequência, de suas redes de filiações históricas.

Com prólogo de Pêcheux, Courtine (1981) publicou um trabalho sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, no qual, baseando-se na releitura de *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault, sugere que todo enunciado produzido em condições determinadas em uma conjuntura faz com que circulem formulações anteriores, já ditas, o que constitui um efeito de memória no momento do acontecimento, sob a forma de um retorno. Trata-se da memória discursiva concebida como memória social, coletiva, o

³ O interdiscurso foi definido por Pêcheux (1975) como o todo complexo com predomínio das formações discursivas, como o lugar de construção do pré-construído, discurso-outro, anterior e exterior a uma sequência discursiva (denominada *intradiscurso*), da qual considera os objetos aos quais se refere e a articulação que se dá entre eles.

que leva Courtine (1994) a evocar os trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs⁴.

Maingueneau (1984, 1991), por sua vez, faz uma distinção entre a memória discursiva interna e a externa a uma formação discursiva⁵, para então substituir esta noção pela de arquivo, compreendida como o conjunto de enunciados dependentes de um mesmo posicionamento e inseparáveis de uma mesma memória. Maingueneau e Cossuta (1995) também se debruçaram sobre os discursos que qualificaram como *constituintes*, discursos que, em vez de serem fundados por outros, fundam uma memória e operam como fonte, princípio e poder na organização simbólica de uma sociedade⁶.

Filiados a essa tradição teórica, na América Latina, particularmente no Brasil e na Argentina, destacam-se, entre outros, os trabalhos de Orlandi (1993) e Zoppi-Fontana (2004, 2005), que concebem a memória discursiva como os sentidos sedimentados historicamente na reconfiguração constante de processos de reformulação parafrástica, e os de Arnoux (2005, 2006), que analisam a memória discursiva com relação às matrizes discursivas e aos discursos fundadores. De minha parte, tenho estudado a dimensão argumentativa e

legitimadora das memórias discursivas (VITALE, 2006, 2007a, 2007b), não focalizada com anterioridade.

No estudo da relação entre memória e discurso, tais trabalhos seguem, como faço aqui, os dois caminhos – distintos, mas inseparáveis – traçados por Courtine (1981), a saber, a análise da repetição de enunciados já ditos, dentro da qual se insere a reformulação parafrástica, e a análise daquilo que denomina *comemoração*, ou seja, a construção de uma história fictícia, que gera uma relação imaginária com o tempo, ao instaurar a repetição de um momento anterior, neste caso, os fatos ocorridos em Maio de 1810. Trata-se da ficção de uma história imodificável, eterna, que estabelece uma continuidade entre o passado e o presente.

No entanto, o sentido e a função legitimadora de Maio de 1810 variam de aspecto, de acordo com as posições políticas adotadas no momento das conjunturas golpistas. Na realidade, é possível identificar, nas publicações e nos comentários analisados, duas memórias discursivas golpistas, que constituem memórias distintas sobre Maio. Num dos casos, trata-se de uma memória discursiva golpista que qualifiquei como *liberal*, porque aceita, em um nível variável, a democracia representativa baseada nos partidos políticos, embora tivesse apoiado os golpes militares, argumentando que os governos derrotados teriam violado as instituições democráticas, as quais seriam reestabelecidas pelas forças armadas. No outro caso, trata-se de uma memória discursiva golpista que qualifiquei como *nacionalista antiliberal*, pelo fato de ter impugnado o regime demo-liberal e justificado os golpes de Estado, argumentando a favor de que as forças armadas teriam instaurado uma nova ordem institucional com componentes corporativos. Os discursos fundadores⁷ de ambas as

⁴ Courtine (1994) destaca que Halbwachs se refere à linguagem como um meio de acesso essencial à análise dos marcos sociais da memória.

⁵ Maingueneau (1984) sugere que cada formação discursiva insere-se em uma dupla memória. Ao se apresentar como filiada a formações discursivas anteriores, remete a uma memória externa; com o passar do tempo, cria-se também uma memória interna a partir dos enunciados produzidos anteriormente no interior da mesma formação discursiva.

⁶ Charaudeau (2004) recolocou a reflexão sobre a memória discursiva, vinculando-a à problemática dos gêneros discursivos. Deste modo, explica que há três tipos de memória inerentes aos gêneros: uma memória dos discursos, que se constitui em torno dos saberes de conhecimento e das crenças sobre o mundo; uma memória das situações de comunicação, que se constitui em torno dos contratos de comunicação; e uma memória das formas, que se constitui em torno dos modos de dizer.

⁷ Orlandi (1993) caracteriza os discursos fundadores como aqueles que criam uma nova tradição de sentidos

memórias discursivas golpistas surgiram frente ao golpe militar que abre a série discursiva estudada, de 6 de setembro de 1930, e foram reformulados, parafrasticamente, frente aos golpes militares posteriores.

Metodologia

Durante o estudo da função legitimadora dos fatos ocorridos em Maio de 1810, baseei-me na análise dos campos semânticos - conjunto de usos de uma palavra, nos quais ela adquire uma carga semântica específica - dos lexemas ou sintagmas referentes a este fato passado. Apliquei as propostas do Centro de Lexicologia de Saint Cloud (GOLDMAN, 1989), cuja lexicologia qualitativa permite, mediante a análise das redes de relações que uma palavra estabelece com outras, descobrir os sentidos que ela adquire dentro dos diversos discursos sociais. As redes de relações que uma palavra estabelece com outra são organizadas em:

- Rede de relações de qualificativos: define uma função semântica indicadora de ser ou maneira de ser de um sujeito ou agente (orações relativas, complementos preposicionais etc.).
- Rede de relações temáticas ou nocionais: divide-se em associações ou relações positivas e em oposição; em ambos os casos, trata-se de relações sintagmáticas.
- Rede verbal: remete à ação, ao fazer de um sujeito ou agente. A rede verbal divide-se em “ação de” (ação exercida pelo sujeito) e “ação sobre” (ação exercida sobre o sujeito, por outro agente).
- Rede de relações de equivalência: duas palavras são consideradas “equivalentes aproximadas” – e, por isso, substituíveis no

e instituem uma memória discursiva, pois geram a possibilidade e as regras de formação de outros discursos.

corpus estudado – quando compartilham as mesmas relações temáticas ou nocionais.

Este método supõe, portanto, que o discurso não é transparente e que pesquisar a respeito do sentido de uma palavra exige certo trabalho com a materialidade linguística, uma aparente desestruturação da cadeia de fala para que seja recomposta de acordo com uma legibilidade significativa.

Análise das memórias de Maio de 1810

Para legitimar o golpe de Estado de 6 de setembro de 1930, que retirou do poder Hipólito Yrigoyen, os jornais *La Prensa* e *El Cronista Comercial* e a revista *Atlántida* relembrou os fatos ocorridos em Maio de 1810, produzindo, assim, discursos fundadores da memória discursiva golpista liberal. O jornal *La Prensa*, para refutar as críticas que o golpe despertou em certos setores da opinião pública norte-americana, defendeu a seguinte ideia:

Entretanto, respeten /todos los pueblos de la tierra/ las actitudes y las decisiones del pueblo argentino, que sigue su impulso hacia el progreso y el perfeccionamiento democrático, el mismo impulso inicial de mayo de 1810, barriendo los obstáculos que encuentra en su marcha⁸.

A rede de associações a “Maio de 1810” (“actitudes”, “decisiones”, “pueblo argentino”, “impulso”, “impulso inicial”, “progreso”, “perfeccionamiento democrático” e “marcha”) lhe confere o sentido de um acontecimento que teria sido o início de um caminho de progresso e de aperfeiçoamento democrático, no qual o povo teria sido o grande protagonista. Por outro lado, o lexema “obstáculos”, que se refere ao governo de Yrigoyen, funciona como uma oposição.

A identificação de Maio com o golpe militar de 1930, através do vocábulo “mismo”,

⁸ Ver *La Prensa*, editorial de 08/09/1930.

que qualifica a expressão “impulso inicial”, legitima este fato constituindo-o como um passo dado pelo povo em direção à democracia. Com relação a isso, surge implicitamente uma concepção teleológica a respeito da história argentina, já que o jornal *La Prensa* lhe atribui uma dupla finalidade, a saber, o progresso e a democracia.

El Cronista Comercial afirmou que:

Solo haremos, a este respecto /el incontestable entusiasmo popular/, notar que quizá desde los días de mayo de 1810 en Buenos Aires no ha palpitado tan fuertemente el corazón argentino, exaltada el alma nacional hasta el paroxismo en un irresistible anhelo de terminar de una vez con un estado de cosas insostenible⁹.

Neste caso, “mayo de 1810” volta a adquirir o sentido de um acontecimento protagonizado pelo povo (“entusiasmo popular”), ao qual se agrega a noção de nacionalidade (“alma nacional”). Por outro lado, identifica-se uma isotopia (RASTIER, 2005) integrada por lexemas localizados no eixo da euforia passional (“entusiasmo”, “palpitado”, “fuertemente”, “exaltada”, “paroxismo”, “irresistible”), que atribui a Maio de 1810 uma dimensão *páthica* que conota um sentimento eufórico ou emoção patriótica.

A legitimação do golpe militar de 1930 realiza-se graças à sua identificação com o Maio de 1810, quando dois acontecimentos fazem palpitar “el corazón argentino”, exaltam “el alma nacional” e expressam “un irresistible anhelo de terminar de una vez con un estado de cosas insostenible”, sintagma que funciona como uma oposição a “mayo de 1810” e que, subentende-se, se refira, naquele momento, ao governo de Hipólito Yrigoyen.

Ao representar Maio de 1810 como um acontecimento protagonizado pelo povo e de caráter democrático, os discursos fundadores

⁹ Ver *El Cronista Comercial*, “El nuevo gobierno”, de 09/09/1930.

da memória discursiva golpista liberal estabelecem uma relação interdiscursiva com a memória oficial que o Estado liberal foi construindo sobre este acontecimento passado e que, de modo hegemônico no contexto escolar, remonta aos textos fundadores de Bartolomé Mitre. Na realidade, Arnoux (2005) analisou como Mitre introduz uma representação social, “el pueblo de la plaza pública”, que integra uma parte privilegiada do arquivo referido a “25 de Maio” e que está associada ao progresso e à democracia. Este povo se constitui como o ator protagonista de Maio e se cristaliza em uma iconografia dominante, recuperada por diversas vezes através dos acontecimentos pátrios notáveis, as ditas efemérides.

A revista *Atlántida*, por sua vez, referindo-se ao ocorrido em 6 de setembro, declara que:

Las Leyes Fundamentales de la Nación, cobrando espíritu y cuerpo, volvían por sus fueros desconocidos y hollados. Arriba desfilaban las sombras tutelares de los próceres. Abajo, las legiones de Mayo revivían en magnífica jornada¹⁰.

“Mayo” aparece associado ao lexema “legiones”, que denota tanto um número gigantesco de pessoas, como um grupamento de tropas militares, polissemia que constrói o período de Maio de 1810 como um acontecimento que envolve tanto o povo como o exército. A identificação entre o golpe de Estado e tal fato passado manifesta-se na rede verbal (ação de) - com o vocábulo “revivían” - e na associação “magnífica jornada”, que se refere precisamente aos fatos ocorridos em 6 de setembro. Por outro lado, o advérbio “abajo”, que se conecta diretamente ao vocábulo “Mayo”, relaciona-se por antonímia ao advérbio “arriba”, no enunciado anterior, em que o lexema “próceres” (heróis) refere-se conotativamente, por metonímia, à Pátria. A localização destes heróis num cenário “arriba”

¹⁰ Ver *Atlántida*, “Vida que pasa”, 18-9-30.

e sua representação como “sombras tutelares” remete à configuração de uma religiosidade laica por parte dos Estados nacionais, especialmente com relação à substituição do culto aos santos pelo culto aos próceres, seguindo - explica Hobsbawm (1988) - a “invenção” de uma nova tradição da qual se utilizou o Estado republicano para formar uma memória hegemônica do passado que desse coesão à comunidade e legitimasse a autoridade sobre ela.

O jornal *La Nueva República*¹¹, por sua vez, também apoiou a queda de Hipólito Yrigoyen recorrendo às lembranças dos fatos ocorridos em Maio de 1810, formulando, entretanto, discursos fundadores da memória discursiva golpista nacionalista antiliberal:

¿Dónde estaba el salvador del país? Ahí estaba. LA NUEVA REPÚBLICA lo sabía. El general /Urriburu/ representa en este nuevo Caseros un papel de la fuerza del de Urquiza en el 1852 y del de Saavedra en el 1810. La historia dirá si nos equivocamos. Sin él no habría sido posible hacer las cosas en la forma completa en que han sido hechas. Ha dicho: “Quiero que el movimiento que se produzca sea una verdadera revolución. No es cuestión de facilitar el juego de los bajos intereses electoralistas. Deben comprender los políticos que la misión del Ejército no es derrotar a Irigoyen y al partido radical para que ellos se repartan enseguida el poder”¹².

É nítida a diferença de sentido atribuída a Maio de 1810, quando contrastada com o significado adquirido nos discursos fundadores da memória discursiva golpista liberal. Na realidade, entre as associações já não aparece o lexema “pueblo”, mas “Saavedra” e “general”,

o que confere a Maio o sentido de um fato puramente militar que seria consequência da ação de um único homem, um “salvador”, já que assim se representa Saavedra ao ser comparado com o general golpista José F. Urriburu, “el salvador del país”. Desta maneira, tanto Maio de 1810 como o golpe de Estado de 1930 são representados como acontecimentos de caráter castrense, produzidos por um chefe ou um líder militar.

A interpretação da figura de Saavedra em *La Nueva República* é enriquecida, se considerarmos que ele fora, como relembra Halperín Donghi (1994), um homem que atuou como verdadeiro chefe militar, que liderou o setor conservador e moderado da elite argentina daquela época e entrou em confronto com Mariano Moreno, chefe do setor jacobino da revolução, herdeiro dos ideais da Revolução Francesa. Tal informação adquire relevância para compreender a posição de *La Nueva República*, posto que o resgate da imagem de Saavedra o opõe de modo implícito a Moreno, o que é bastante coerente com relação a seu horizonte ideológico que - em conexão com o pensamento contrarrevolucionário europeu (ROCK, 2001, p. 28) - recusa o legado da Revolução Francesa e as transformações trazidas por ela.

Após legitimar o papel de Urriburu em 1930, identificando-o com o Saavedra de 1810, *La Nueva República* introduz alguns termos que se referem a uma verdadeira revolução, o que faz com que “1810” esteja associado, de modo indireto, ao lexema “revolución”. As palavras referentes a Urriburu, que polemizam com o termo “los políticos”, desassocia-se da noção de revolução em um termo I, desvalorizado, uma falsa revolução, e em um termo II, valorizado, uma verdadeira revolução¹³, revolução esta

¹¹ *La Nueva República*, publicação fundada em 1927, tinha um universo escasso de leitores, apesar da grande influência obtida entre os setores de elite. Sua posição ideológica inspirava-se em duas fontes básicas: o tradicionalismo católico de raiz tomista e a doutrina maurrasiana, repleta de ideais antiliberalistas.

¹² Ver *La Nueva República*, “El general”, edição de 13/09/1930.

¹³ Perelman e Olbrechts-Tyteca (1989, p. 627-675) denominam *dissociação de noções* a técnica argumentativa que consiste em separar aquilo que estava confuso dentro de uma mesma concepção,

que não daria ouvidos à classe política e realizaria uma mudança radical no regime liberal da Argentina. Desta forma, a identificação entre o papel desempenhado por Saavedra em 1810 e o papel assumido por Uriburu em 1930 possui a função de legitimar tanto o chefe do golpe militar, como sua posição antiliberal com relação aos objetivos da revolução¹⁴.

Os diversos sentidos e nuances legitimadoras adquiridos por Maio de 1810 nos discursos fundadores da memória discursiva golpista liberal e da nacionalista antiliberal dependem, desta feita, de distintas posições políticas adotadas na atualidade. De fato, os primeiros se alinham ao setor golpista liderado pelo general Agustín P. Justo, enquanto os segundos apoiam o setor encabeçado pelo general Uriburu, no contexto de um confronto sintetizado por Rouquié (1986a, p. 192) do seguinte modo: “Justo

designado por uma mesma noção, neste caso, a noção de revolução. Como resultado desta dissociação, surgem os pares filosóficos, como por exemplo, falso-verdadeiro, aparência-realidade, forma-conteúdo etc., assim denominados pelo fato de serem objeto de reflexão filosófica e revelarem a influência que esta teve sobre o pensamento comum. Dentro destes pares de opostos, os autores reconhecem um termo I, em geral desvalorizado, e um termo II, valorizado.

¹⁴ É relevante o fato de que, na publicação *La Nueva República*, “Uriburu”, “Saavedra” e “Urquiza” funcionem como equivalentes aproximados e que o golpe militar de 1930 seja representado como um “novo Caseros”, já que os colaboradores do jornal, futuros revisionistas, combaterão esta batalha - ganha por Urquiza - e valorizarão a figura de Juan Manuel de Rosas. Halperín Donghi (1985, p. 11) explica que estes colaboradores, como Julio e Rodolfo Irazusta, imersos em uma reação antirradical, encontraram, num primeiro momento, muito pouco a contradizer no que se referia à representação de Yrigoyen como um novo Rosas, mas em seguida, veriam neste uma espécie de modelo a ser seguido no presente. Na realidade, o revisionismo histórico produziu como primeira obra significativa *La Argentina y el imperialismo británico*, de Julio e Rodolfo Irazusta, publicada em 1934. Nesta publicação, a imagem de Rosas é resgatada, porque antecipa no passado uma possibilidade alternativa para a linha político-econômica da restauração conservadora hegemônica nos anos 30.

deseja solamente derrocar a Yrigoyen y expulsar a sus partidarios del poder. Uriburu quiere transformar las instituciones y poner fin al liberalismo”.

A lembrança dos fatos ocorridos em Maio de 1810 reaparece na imprensa escrita argentina para legitimar a queda de Juan Domingo Perón, processo que teve início em 16 de setembro de 1955, quando o general Eduardo Lonardi rebelou-se na província de Córdoba, até o momento em que assumiu finalmente como presidente interino, no dia 23. Os discursos fundadores da memória discursiva golpista liberal sobre Maio, em 1930 voltaram aos jornais *Clarín* e *Crítica*. De fato, o *Clarín* chegou a afirmar:

De punta a punta el país ha sido abrasado por el fuego de la pasión republicana redimida de su impotencia y cautiverio. Esa exaltación unánime de la civilidad se centra ahora en la capital tradicional del país, de cuyo seno brotó la llamarada inextinguible de Mayo¹⁵

Reaparece aqui a isotopia que atribui a Maio uma dimensão *páthica* (“abrasado”, “fuego”, “pasión republicana”, “exaltación” e “llamarada inextinguible”) de euforia passional que conota um sentimento ou emoção patriótica. O sentido de Maio também é reiterado como um acontecimento republicano (“pasión republicana”), ligado à unidade e alheio ao âmbito militar (“exaltación unánime de la civilidad”). Como opostos a Maio, surgem os lexemas “impotencia” e “cautiverio”, que remetem - subentende-se - ao estado de paixão republicana durante o regime peronista¹⁶. A queda de Perón, que provoca o “fuego”, é legitimada ao ser representada como um ressurgir da “llamarada inextinguible

¹⁵ Ver *Clarín*, “Cita de honor con la libertad”, edição de 23/09/1955.

¹⁶ O anafórico “Esa” relaciona o segundo enunciado ao primeiro e permite considerar as unidades lexicais do primeiro enunciado como integrantes do contexto relacionado a “Mayo”.

de Mayo” e como um acontecimento de natureza republicana, protagonizado pela civilidade.

O jornal *Crítica*, por sua vez, declara:

Amanece la Argentina en un nuevo renacer de la calma y la cordura conservada por su pueblo en momentos de terrible angustia, ya superados. Es como un retorno de la Patria misma, acunada por el latir de todos los corazones como en aquel amanecer del 25 de mayo¹⁷

Na rede de associações, “25 de mayo” adquire novamente o sentido de um fato ligado à euforia passional (“latir de todos los corazones”) da emoção patriótica (“retorno de la Patria”), relacionado à unidade (conotativamente através do quantificador “todos”) e protagonizado pelo “pueblo”¹⁸. Estes valores semânticos positivos recaem sobre o golpe militar de 1955, que mais uma vez é legitimado, ao ser representado como um ressurgir do “25 de maio” (“nuevo renacer”, “retorno”) e ao ser construído, da mesma forma que este acontecimento passado, como um amanhecer da Pátria (“amanece”, “amanecer”).

Em 13 de novembro de 1955, o general Lonardi, vinculado diretamente a grupos nacionalistas, foi obrigado a renunciar e foi substituído, na presidência, pelo general Pedro Eugenio Aramburu¹⁹, que afirmou em seu Pronunciamento: “Un solo espíritu alienta el movimiento de la Revolución; es el sentimiento democrático de nuestro pueblo, que afloró en

1810.”²⁰ Aramburu apelou, assim, para a memória liberal sobre Maio de 1810 - associado ao “pueblo” e ao “sentimiento democrático” - para legitimar a substituição do general Lonardi, subentendendo-se que encorajava na Revolução um espírito não democrático, alheio ao de Maio.

A revista *Combate*²¹ reagiu, em uma atitude de ataque:

Se ha dicho con fresco caradurismo que la Revolución del 16 de setiembre seguiría la línea democrática y patriótica de Mayo y Caseros.

Pues bien, demostraremos que la primera, si bien patriótica, nada ha tenido de democrática.(...) La Revolución de Mayo fué un pronunciamiento militar, reaccionario y autoritario, tradicionalista y con sentido nacional. No hubo en ella mayorías tumultuosas ni sufragistas, sino jefes que decidieron lo que debía hacerse; y el pueblo que estuvo detrás de esas decisiones no fué la multitud inorgánica, arbitraria y abstractamente nivelada en la urna o en el tumulto, sino la multitud jerarquizada, organizada y constituida en ejército²²

As palavras de Aramburu são avaliadas de modo negativo já no contexto introdutório do discurso (“fresco caradurismo”) e, na sequência, o ponto de vista inerente a tais palavras é polemicamente negado. Enquanto as associações “línea patriótica” e “sentido nacional” conferem a Maio de 1810 um sentido compartilhado com a memória discursiva golpista liberal, o de um acontecimento patriótico ligado à nacionalidade, as outras associações (“pronunciamiento militar, reaccionario y autoritario, tradicionalista y con sentido nacional”, “jefes” e “multitud jerarquizada,

¹⁷ Ver *Crítica*, “Una sola pasión”, edição de 21/09/1955.

¹⁸ Como o sujeito tácito do verbo “Es”, que encabeça o segundo enunciado, remete ao primeiro, o vocábulo “pueblo” faz parte do contexto relacionado a “25 de mayo”.

¹⁹ Rouquié (1986b) explica que o general Lonardi nomeou antigos nacionalistas, como Mario Amadeo, ministro de Relações Exteriores, e Juan Carlos Goyeneche, Secretário de Imprensa e de Atividades Culturais da Presidência, como colaboradores, o que provocou a oposição do setor liberal das forças armadas e sua substituição pelo general Aramburu.

²⁰ O pronunciamento de Aramburu está reproduzido em Verbitsky (1983, p. 68-69).

²¹ *Combate* era uma revista filo-fascista publicada desde meados da década de trinta, que teve um forte apelo antisemita.

²² Ver *Combate*, “Mayo-Caseros”, edição de 08/12/1955.

organizada y constituída en ejército") reformulam parafrasticamente os discursos fundadores, em 1930, da memória discursiva golpista nacionalista antiliberal, formulados por *La Nueva República*: Maio de 1810 foi um acontecimento puramente militar sem intervenção do povo, fruto de homens salvadores, chefes. O termo *combate* explicita o que está implícito nesta concepção: trata-se de um fato "autoritario" vinculado às hierarquias (não democrático e republicano, como na memória discursiva golpista liberal) e "reaccionario" (não vinculado ao "progreso", como no discurso fundador de *La Prensa*, em 1930).

O sentido que *Combate* confere a Maio remete, como interdiscurso, ao revisionismo histórico, que havia sido totalmente assumido pelo peronismo e já havia penetrado no âmbito acadêmico²³. Desta maneira, a substituição do "pueblo de la plaza pública" pelo exército, realizada pela revista em sua leitura do 25 de maio, reaparece em trabalhos historiográficos, como os de Roberto H. Marfany, que questiona a memória hegemônica sobre Maio e sua versão sobre a atuação determinante do povo. De fato, este historiador afirma que a maioria dos que se rebelaram em 25 de maio eram integrantes das forças militares urbanas e que o espaço da praça estava preenchido pelas tropas, para destacar que foi o exército quem decidiu pela revolução e que o povo não foi sujeito, e sim objeto deste acontecimento²⁴.

²³ Halperín Donghi (1970) refere-se ao revisionismo como uma corrente historiográfica, surgida em meados da década de trinta, que se apresentou polemicamente como oposta às tendências dominantes nos centros acadêmicos e universitários e que se manifestou como uma ideologia ao mesmo tempo histórica e política. O revisionismo se caracterizou por dois aspectos centrais: o repúdio à democratização política, por ser contrária aos interesses nacionais; e a denúncia do modo de inserção da Argentina pós-independente, em particular do vínculo desigual estabelecido com a Inglaterra.

²⁴ Roberto Marfany expõe esta versão sobre o ocorrido em 25 de maio em *La semana de Mayo. Diario de un testigo*, publicado em 1955, *El pronunciamiento de*

Combate lembra Maio de 1810 em um contexto polêmico no qual está em jogo o futuro político do golpe militar de 1955: os valores semânticos atribuídos a Maio direcionam para uma linha militarista que resiste a uma abertura ao eleitoralismo liberal, o que, de fato, levou a cabo a chamada Revolução Libertadora sob a forma de uma democracia limitada e proibidora do peronismo, que representava a maioria eleitoral.

A lembrança do ocorrido em 25 de Maio de 1810 resurge, na revista *Atlántida*, para legitimar o golpe de Estado de 29 de março de 1962, que tirou do poder o presidente Arturo Frondizi, com o sentido que adquire na memória discursiva golpista liberal:

Obligados /los conductores del país/ como consecuencia de todo lo dicho y en primera instancia, a liberarla /a la nación argentina/ de ese calvario superable a que la tienen condenada los que, ocupándose de posiciones personales o de exigencias partidarias, se olvidan del país, de sus hombres y de lo que supuso la fecha histórica del 25 de mayo²⁵

A associação entre as expressões "fecha histórica" e "25 de mayo" remete à prática ritualizada de comemoração dos acontecimentos pátrios notáveis, as ditas efemérides, outro indicador da relação interdiscursiva que a memória discursiva

Mayo, publicado em 1958, e em "El cabildo de mayo", publicado em 1961 em *Genealogía. Revista del Instituto Argentino de ciencias genealógicas*. Halperín Donghi (1994, p. 166), por sua vez, refutará a tese de Marfany reforçando, entre outros argumentos: "Pero la alternativa entre un origen militar y uno civil para la revolución es aun más irrelevante si se recuerda que sólo a través de la militarización de la élite criolla se han asegurado, a la vez que una organización institucional, canales también institucionalizados de comunicación con la plebe urbana [...] la revolución militar es a la vez la revolución de la entera élite criolla: los dos términos, que parecen mutuamente excluyentes, designan aquí dos aspectos de una misma realidad".

²⁵ Ver *Atlántida*, "El calvario político", abril de 1962.

golpista liberal sobre Maio estabelece com as “tradiciones inventadas” pelo Estado republicano às quais se refere Hobsbawm (1988), neste caso, os festejos pátrios. Reaparece também a ideia de Maio com o sentido de nacionalidade (“nación argentina”), e de unidade, já que funcionam como opostos os sintagmas “posiciones personales” e “exigencias partidarias”, que conotam parcialidade e estão implicitamente vinculados ao governo de Frondizi. Não somente isto contribui para legitimar o golpe militar, como também o fato de que o sintagma “los conductores del país”, que se refere ao governo instaurado após a queda²⁶, funcione como uma associação a “25 de mayo”. Nesta mesma linha se insere a rede verbal, posto que se subentende que foram Frondizi e seu governo os que se esqueceram deste acontecimento passado, enquanto que as novas autoridades manteriam vivo “lo que supuso la fecha histórica del 25 de mayo”.

Para legitimar o golpe de Estado de 28 de junho de 1966, que tirou Arturo Illia do poder, vem novamente à tona, na revista *Azul y Blanco*²⁷, a lembrança de Maio de 1810 com o sentido característico da memória discursiva golpista nacionalista antiliberal:

[...] mientras aquellos regímenes /todos los gobiernos militares precedentes/ solo se proponían restaurar el estado constitucional anterior, real o presuntamente conculcado, éste ha dicho que quiere “operar una transformación sustancial”; una auténtica

²⁶ O golpe de Estado de 29 de março de 1962 foi o único que instaurou um governo encabeçado por um civil, José María Guido, então presidente do Senado, que assumiu como presidente da Argentina mediante a aplicação do artigo 75 da Constituição Nacional e da Lei da Acefalia, já que a vice-presidência estava vaga desde a renúncia do vice-presidente de Arturo Frondizi, Alejandro Gómez, no final de 1958.

²⁷ Publicada pela primeira vez em 1956, *Azul y Blanco* seguia a linha de seu fundador, Marcelo Sánchez Sorondo, pensador filo fascista e antissemita.

revolución que, de consumarse, vendría a ser la primera desde 1810²⁸

Maio de 1810 está associado ao âmbito militar e a uma autêntica revolução (“este /gobierno militar/”, “auténtica revolución”, “transformación sustancial”), assim como ocorre em *La Nueva República*, em 1930, e *Combate*, em 1955, e não ao povo e à democracia, como acontece na memória discursiva golpista liberal sobre Maio. Reaparece, também, a dissociação entre a noção de revolução, presente no periódico *La Nueva República*, de fato uma revolução não autêntica – que pretende restaurar o estado constitucional anterior, real ou presumidamente violado - e uma autêntica revolução, a que – se subentende- se propõe a substituir este estado constitucional por um novo regime institucional. O passado é novamente construído em função da posição política adotada no presente, no caso da revista *Azul y Blanco*, de 1966. Há um claro apoio ao projeto corporativo da elite militar do momento, que, segundo Rouquié (1986b:233), aderiu às velhas doutrinas antiparlamentares, como as de Maurras e Mussolini, salpicadas de modernismo industrialista.

Nas palavras que fecham a série discursiva analisada, reaparece, na revista *Para Ti*, a lembrança de Maio de 1810, para legitimar a queda de Isabel Perón, ocorrida em 24 de março de 1976:

Llamemos las cosas por su nombre: esa “democracia” no es la que pensaron para nosotros los próceres de Mayo. Llamemos las cosas por su nombre: tenemos ahora un gobierno militar, dispuesto a sanear el país, a sacarlo de su agonía. Con honestidad, con buena fe, con trabajo, surgirán las instituciones que realmente necesitamos²⁹

²⁸ Ver *Azul y Blanco*, “Esto que pasa”, 14-7-66.

²⁹ Ver *Para Ti*, “Llamemos las cosas por su nombre”, edições 5-4-76.

Por sua vez, reaparece em 1976 um sentido de Maio vinculado à unidade, conotado através de um “nosotros” inclusivo e de referência máxima; “Mayo” também vem associado aos “próceres”. Estes sentidos são compartilhados com a memória discursiva golpista liberal, mas Maio adquire na publicação *Para Ti* outro valor semântico que já não é familiar a esta memória golpista, mas à nacionalista antiliberal. Trata-se da oposição à “democracia”, lexema do qual a revista se distancia através do uso de umas aspas que expressam discordância ideológica, e que se integra a um contexto que se desassocia da noção de democracia, em um termo I, desvalorizado (uma democracia que não foi pensada para nós pelos heróis de Maio) e, em um termo II, valorizado (uma democracia pensada para nós pelos próceres de Maio). No segundo enunciado, a noção de instituições também aparece dissociada, em um termo I, desvalorizado (referente às instituições das quais aparentemente necessitamos), e em um termo II, valorizado (referente às instituições das quais realmente necessitamos). Neste ponto, se subentende que a democracia que não foi pensada para nós pelos heróis de Maio, relacionada implicitamente às instituições das quais aparentemente necessitamos, era a que predominava na Argentina até 24 de março. Trata-se, portanto, da democracia que funciona como uma oposição a “Mayo”, enquanto que a democracia pensada para nós pelos próceres de Maio era a que seria implantada pelas forças armadas, identificadas assim implicitamente com tais próceres.

O sentido adquirido por “Mayo” em *Para Ti* legitima, assim, não somente as forças armadas na destituição ocorrida em 1976, como também seu projeto político, pois, conforme explica Landi (1988:24), consistia em instaurar uma fórmula institucional que “contuviera una serie de centros de decisión ejercidos por élites no dependientes de resultados electorales y que dejase un margen

no decisivo para la presencia de los representantes del pueblo”.

Considerações finais

Nas redes de reformulações parafrásticas interdiscursivas analisadas, é possível identificar duas memórias discursivas golpistas sobre Maio de 1810 que legitimam os golpes de Estado mediante a construção de uma história fictícia, que estabelece uma continuidade imaginária entre este fato passado e as destituições de poder ocorridas no presente. A memória discursiva golpista que qualifiquei como *liberal* refere-se ao ocorrido em Maio de 1810 como um acontecimento que marca o início da nacionalidade e de um caminho de progresso democrático, no qual o povo teve um papel decisivo. Esta memória estabelece uma relação interdiscursiva com a corrente historiográfica hegemônica, no contexto escolar argentino, que remonta aos textos fundadores de Bartolomé Mitre, introdutores da representação social do “pueblo de la plaza pública”. Por outro lado, remete às “tradiciones inventadas” dos acontecimentos pátrios notáveis, as efemérides, às quais se refere Hobsbawm (1988), concebendo 25 de Maio como uma data histórica, vinculada aos próceres, e que provoca um fervor patriótico unânime. A identificação entre os golpes de Estado de 1930, 1955 e 1962 e o ocorrido em Maio de 1810 permite legitimar a queda de Hipólito Yrigoyen, Juan Domingo Perón e Arturo Frondizi, enquanto acontecimentos que despertam uma emoção patriótica unânime e que retomam o caminho democrático do qual os governantes depostos tinham se afastado.

Por outro lado, na memória discursiva golpista sobre Maio de 1810 que qualifiquei como *nacionalista antiliberal*, este fato passado, ainda que também esteja associado à nacionalidade e aos heróis (próceres), adquire o sentido de uma revolução exclusivamente militar, produzida por um chefe ou um líder,

que rompe com uma ordem institucional. Colocando em primeiro plano a atuação do exército, a memória discursiva golpista nacionalista antiliberal repudia a memória oficial sobre Maio e sua representação hegemônica sobre “el pueblo de la plaza pública”, o que se manifesta com mais nitidez na revista *Combate*, de 1955, que entra em confronto polemicamente com as versões estabelecidas da história em sua relação interdiscursiva com o revisionismo histórico. A identificação entre Maio de 1810 e a queda de Hipólito Yrigoyen em 1930, de Arturo Illia em 1966 e de Isabel Perón em 1976 legitima estes fatos, representando-os como um ressurgir da nacionalidade e como autênticas revoluções que substituiriam o regime institucional.

As duas memórias discursivas golpistas identificadas sobre Maio de 1810 não constituem blocos fechados tampouco homogêneos, pois, ainda que apresentem variações com relação ao sentido e aos aspectos legitimadores que lhe são conferidos no momento das conjunturas golpistas, ambas apoiaram, através da referência a este fato passado, o rompimento com a democracia na Argentina, associando-o à questão da nacionalidade.

Maio de 1810 se manifesta assim como um momento histórico inaugural, a partir do qual se constrói a ilusão de um tempo que não passa ou que se repete indefinidamente, numa tentativa de sutura imaginária das diferenças políticas, que irremediavelmente se (re)produzem no discurso, enquanto lutas na construção do passado em função das batalhas empreendidas no presente.

Referências

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Nathan, 2000.

ARNOUX, Elvira. El pensamiento sobre la Unión Americana: estudio de una matriz discursiva. **Revista Letras**, Volumen de Estudios Lingüísticos, n. 12, p. 17-44, 2005.

_____. **Análisis del Discurso**. Modos de abordar materiales de archivo. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. La problemática de los géneros. De la situación a la construcción textual. **Signos**, Valparaíso, v. 37, n. 54, p. 23-39, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick ; MAINGUENEAU, Dominique (Dir.). **Diccionario de Análisis del Discurso**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, Paris: n.62, juin 1981.

_____. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. **Langages**, Paris: n.114, pp. 5-12, 1994

FUCHS, Catherine. **Paraphrase et énonciation**. Paris: Ophrys, 1994.

GOLDMAN, Noemi. **El discurso como objeto de la historia**. Buenos Aires: Hachette, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y crítica de la opinión pública**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **El revisionismo histórico argentino**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

_____. El revisionismo histórico como visión decadentista de la historia nacional. **Punto de Vista**, n. 2, 1985.

_____. **Revolución y guerra**. Formación de una élite dirigente en la argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.

HOBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence. **The Invention of Traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LANDI, Oscar. **Reconstrucciones**. Las nuevas formas de la cultura política. Buenos Aires: Puntosur, 1988.

McGEE DEUTSCH, Sandra. **Las derechas**. La extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile 1890-1939. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Genèses du discours**. Liège: Mardaga, 1984.

_____. **L'Analyse du discours**. Introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991.

_____. L'analyse du discours en France aujourd'hui. **Le français dans le monde**: Revue de l'enseignement du français hors de France, Paris, numéro spécial "Le discours: enjeux et perspectives", p. 8-15, juillet 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de la Palice**. Linguistique, Sémantique, Philosophie. Paris: Hachette, 1975

_____. **O discurso**. Estrutura ou Acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de la argumentación**. La Nueva Retórica. Madrid: Gredos, 1989.

RASTIER, François. **Semántica interpretativa**. México: Siglo XXI, 2005.

ROCK, David et al. **La derecha argentina**. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2011.

ROUQUIÉ, Alain. **Poder militar y sociedad política en la Argentina I**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986a.

_____. **Poder militar y sociedad política en la Argentina II**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986b.

VERBITSKY, Horacio. **Medio siglo de proclamas militares**. Buenos Aires: Editora/12, 1983.

VITALE, María Alejandra. **Prensa escrita y autoritarismo**. Memorias retórico-argumentales de los discursos golpistas en la Argentina (1930-1976). Buenos Aires, 2006. Tese (Doctorado en Lingüística) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

_____. Memoria y acontecimiento. La prensa escrita argentina ante el golpe militar de 1976. In: VALLEJOS, Patricia (Coord.). **Los Estudios del Discurso**: nuevos aportes desde la investigación en la Argentina. Bahía Blanca: Editorial de la Universidad Nacional del Sur, 2007a. p. 165-182.

_____. Prensa escrita y autoritarismo. El tópico de la caída hacia el abismo (1930-1976). **Páginas de Guarda**. Revista de edición, lenguaje y cultura escrita, Buenos Aires, n. 4, p. 47-62, 2007b.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Acontecimento, Arquivo, Memória: às margens da lei. **Leitura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFAL), Maceió, n.29, p. 88-105, 2004.

_____. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do *corpus* e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Miriam Rose. **Sentido e Memória**. Campinas: Pontes, 2005. p. 93-115.

Tradução:

Cristina do Sacramento Cardôso de Freitas

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz.

E-mail: crisjesa@ig.com.br